

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – DELIBERAÇÃO DA MESA**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 2.2 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE**
- 6 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 7 – PRONUNCIAMENTOS**
- 8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.736/2020

Acrescenta dispositivos à Deliberação da Mesa nº 2.733, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, em especial das previstas no inciso V do *caput* do art. 79 do Regimento Interno,

DELIBERA:

Art. 1º – O art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.733, de 13 de março de 2020, fica acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 1º – (...)

§ 1º – Durante o período a que se refere o *caput*, o expediente ordinário da Secretaria da Assembleia Legislativa deverá ser cumprido em regime de trabalho remoto, sempre que possível, observada a recomendação de permanecer em casa e à disposição para eventual convocação ao trabalho presencial.

§ 2º – Fica mantido o funcionamento presencial das 12 às 18 horas, de terça a quinta-feira.

§ 3º – Os titulares dos órgãos da área administrativa que entendam necessária a continuidade de funcionamento presencial dos respectivos órgãos além dos dias e horários previstos no § 2º deverão elaborar escalas de trabalho para assegurar a realização dos serviços.”

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 19 de março de 2020.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

 **ATAS****ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 18/3/2020****Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – André Quintão – Beatriz Cerqueira – Betão – Bosco – Bruno Engler – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Doutor Jean Freire – Fernando Pacheco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Marília Campos – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Zé Reis.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14 horas e 15 minutos, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 19, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia anterior.).

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA EM 19/3/2020****Presidência do Deputado Sargento Rodrigues**

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

André Quintão – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bruno Engler – Cleitinho Azevedo – Coronel Sandro – Doutor Jean Freire – Fernando Pacheco – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – Sargento Rodrigues – Zé Reis.

**Falta de Quórum**

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum.

 **EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, Ciência e Tecnologia e Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Vítor Xavier, Guilherme da Cunha, Leonídio Bouças e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Minas e Energia; as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos,

Fernando Pacheco e Thiago Cota, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; a deputada Laura Serrano e os deputados Thiago Cota, Glaycon Franco, Fábio Avelar de Oliveira e Virgílio Guimarães, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico; a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e os deputados Gil Pereira, Betinho Pinto Coelho, Coronel Henrique, Leandro Genaro e Roberto Andrade, membros da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, para a reunião a ser realizada em 24/3/2020, às 13 horas, no Plenário, com a finalidade de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, relativa ao exercício de 2019 – Assembleia Fiscaliza.

Sala das Comissões, 19 de março de 2020.

Repórter Rafael Martins, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.460/2015

#### Comissão de Segurança Pública

##### Relatório

De autoria do deputado Noraldino Júnior, o Projeto de Lei nº 1.460/2015 “dispõe sobre procedimento de consulta ao banco de dados de identificação civil, na forma que menciona”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública. Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe, agora, a esta comissão emitir parecer sobre a matéria, conforme o disposto no art. 188, combinado com o art. 102, XV, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.460/2015 pretende estabelecer a obrigatoriedade de consulta ao banco de dados de identificação civil do Estado antes de ser expedida ou renovada a Carteira Nacional de Habilitação – CNH –, para apurar a eventual existência de mandado de prisão, de intimações ou citações não realizadas ou, ainda, anotações relevantes referentes à pessoa do requerente desse serviço público.

Segundo a justificativa apresentada pelo autor da proposição, o projeto “tem por objetivo impedir que criminosos possam exercer o direito de dirigir, quando recair sobre si ordem de prisão de qualquer natureza. Para tanto, é necessário que o órgão de trânsito estadual, antes de emitir ou renovar a CNH, consulte o banco de dados de identificação, base onde está registrada toda pendência jurídico-criminal do indivíduo, sabendo-se que o órgão da Polícia Civil alimenta regularmente o banco de dados com informação sobre anotações criminais de quem quer que seja”. A justificativa cita, ainda, caso ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, em que um cidadão que estava com mandado de prisão preventiva em aberto conseguiu que fosse expedida uma CNH em seu nome.

Durante a análise preliminar do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, o relator solicitou diligência ao Executivo questionando se a Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – “realiza consulta prévia no Sistema de Informações Policiais – SIP – dos nomes dos candidatos que solicitam a expedição de carteira de habilitação para condução de veículo automotor, ou sua renovação, com o fito de apurar a eventual existência de mandado de prisão expedido em desfavor dos solicitantes”. Em resposta, a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais enviou, em 10/8/2017, o Ofício nº 428/2017/SECCRI/ATL-NAP, que contém, em anexo, parecer assinado pelo chefe da PCMG, no qual afirma que, do ponto de vista do Detran-MG, a proposição “é inaplicável e

completamente injustificável”. E esclareceu que o caso trazido na justificção da proposição, em que um indivíduo renovara a CNH mesmo estando com mandado de prisão em aberto não ocorreria em Minas Gerais, haja vista que, diferentemente do Estado do Rio de Janeiro, o Detran-MG é órgão integrante da PCMG e já possui acesso imediato à informação.

Ao apreciar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça, após atestar que a proposição insere-se na competência legislativa estadual, apresentou substitutivo que propõe que a consulta a ser realizada pelo Detran-MG restrinja-se a eventual existência de mandado de prisão em aberto, retirando a obrigatoriedade de consulta acerca de citações não efetivadas, intimações não realizadas e de outras anotações relevantes.

Posteriormente, em 6/11/2019, a Secretaria de Estado de Governo enviou o Ofício-E nº 1.476/2019/DEGOV/NAP, contendo, anexas, duas notas técnicas elaboradas pela PCMG acerca da proposição. Nelas, a instituição informa que o sistema utilizado pelos servidores do Detran-MG “possui direta ligação com o Sistema de Informações Policiais – SIP. Desta forma, qualquer serviço de habilitação solicitado junto ao Detran-MG, o servidor é informado acerca da existência de mandado de prisão expedido em desfavor dos solicitantes”. Além disso, informa que “desde que o objetivo do projeto de lei não seja condicionar a emissão/renovação da Carteira Nacional de Habilitação à existência ou não das situações previstas no rol do art. 4º do referido projeto, tendo em vista a impossibilidade de ampliar o rol do art. 140 do CTB, mas sim de enfatizar a importância do exercício do poder de polícia da Administração no momento da emissão/renovação da CNH, visando garantir a segurança e o cumprimento das pendências jurídico-criminais que recaem sobre o indivíduo, esta Assessoria não se opõe a sua aprovação”.

No tocante ao mérito da proposição sob a ótica da segurança pública, deve-se enfatizar que, de fato, tornar obrigatória a consulta da existência de mandado de prisão em aberto em desfavor da pessoa que está requerendo a emissão ou a renovação de sua CNH constitui medida relevante e merecedora de elogios. Isso porque, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, em Minas Gerais há 30.686 mandados de prisão aguardando cumprimento<sup>1</sup>. Assim, dar *status* de obrigação legal a uma exitosa prática administrativa que já é realizada ordinariamente nas repartições públicas certamente contribuirá para que o cumprimento de mandados de prisão no Estado possa se tornar mais efetivo.

O substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, a um só tempo, aperfeiçoou a proposição e a adequou à técnica legislativa e, assim, concordamos com a pertinência da apresentação de um substitutivo ao projeto em comento, conforme proposta da comissão que nos precedeu.

Dessa forma, em razão do exposto, consideramos que o Projeto de Lei nº 1.460/2015, na forma do Substitutivo nº 1, persegue o interesse público e merece prosperar.

### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.460/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de março de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente e relator – Bruno Engler – Professor Cleiton.

<sup>1</sup>Disponível em: <<https://portalbnmp.cnj.jus.br/#/estatisticas>>. Consulta em: 2 mar. 2020.



## COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

### COMUNICAÇÕES

– O presidente despachou, em 19/3/2020, as seguintes comunicações:

Da deputada Laura Serrano em que notifica seu afastamento preventivo das atividades parlamentares, nos termos do art. 5º da Deliberação nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. (– Ciente. Oficie-se.)

Da deputada Ana Paula Siqueira em que notifica seu afastamento preventivo das atividades parlamentares, nos termos do art. 5º da Deliberação nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. (– Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Carlos Pimenta em que notifica seu afastamento preventivo das atividades parlamentares, nos termos do art. 5º da Deliberação nº 2.733/2020, que dispõe sobre os procedimentos e regras para fins de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus – Covid-19 – no âmbito da Assembleia Legislativa. (– Ciente. Oficie-se.)



## CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 19/3/2020, a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Da Sra. Ana Maria Ferreira Proença, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, solicitando que a Casa interceda junto ao governador do Estado e ao diretor do Detran-MG, para que seja agilizado o processo de adequação para emplacamento de veículos de acordo com a placa Mercosul nesse município e região. (– À Comissão de Transporte.)

Do Sindicato dos Servidores Públicos do Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais – Sindsema – solicitando o apoio da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o imediato cumprimento do acordo judicial homologado em 2016 pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais relativo ao Processo nº 0501441-63.2016.8.13.0000. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Wilson Pimenta de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Campo Belo, encaminhando moção de apoio aos professores da rede estadual de ensino aprovada por essa casa. (– À Comissão de Educação.)



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/3/2020

O deputado Coronel Sandro\* – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos abordar três assuntos, aqui, hoje. O primeiro deles refere-se ao PL nº 1.451, que recebeu o veto parcial dos arts. 2º e 3º, do governador Romeu Zema, destacando-se que esse projeto refere-se à recomposição salarial das forças de segurança pública, negociada ao longo de um ano com o governo, negociação essa da qual participaram parlamentares, representantes de entidades de classe, enfim, toda a segurança pública. E, num feito inédito, o governador veta um projeto de sua autoria enviada a esta Casa. Então o governador faltou com a sua palavra. Ele não honrou o compromisso firmado.

Hoje nós tivemos uma audiência pública na Comissão de Segurança, presidida pelo deputado Sargento Rodrigues, em decorrência das imposições às restrições de acesso à Casa, aqueles que compareceram nos aguardaram no Espaço José Aparecido e depois nós fizemos uma manifestação na rua da Assembleia, exatamente para marcar este momento e dizer que todos nós, que representamos a segurança pública, estaremos empenhados na derrubada do veto do governador Romeu Zema, que desonrou a sua palavra, não honrou o acordo que firmou com todos nós, em um projeto que para cá foi enviado, cujas análises políticas, econômicas,

financeiras tinham sido feitas. O impacto orçamentário seria absorvido ao longo dos três anos em que seria concedida essa recomposição salarial.

Lamentável a posição do governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Nós não desistiremos de fazer valer o acordo firmado e, se depender de todos nós... E eu peço aos deputados desta Casa que sejam coerentes com que fizeram na votação do PL nº 1451, quando foram 66 votos a favor do projeto. Então, na hora de apreciar o veto, no mínimo tem que haver 66 votos para derrubar o veto do governador, que está achincalhando com esta Casa, não respeitando a manifestação dos deputados que atenderam seu pedido e aprovaram um projeto de sua autoria.

Outro assunto, Sr. Presidente, na sequência desse, é para dizer de uma ocorrência de relevante destaque ocorrida em Governador Valadares, em que houve a elucidação de um homicídio por policiais militares que atenderam a ocorrência em 10/3/2020, na terça-feira passada. Os militares da 5ª Companhia de Polícia Militar Independente encontraram um corpo caído no Bairro Jardim Ipê e, a partir dali, iniciaram aquele trabalho que a Polícia Militar sabe bem fazer de, no calor dos acontecimentos, não desistir de prosseguir nos levantamentos de informações para identificar os autores. E assim foi feito. Além de identificar os autores, houve apreensão de drogas, equipamentos, dinheiro, enfim, uma série de coisas que os três assassinos envolvidos nessa ocorrência tinham em seu poder.

Então eu quero destacar aqui e homenagear os seguintes policiais militares da 5ª Companhia Independente de Governador Valadares: 1º-Sgt. Luciano Diniz Claudino, Cb. André Antunes Barbosa, Cb. João Paulo Oliveira Siqueira, 1º-Ten. Thiago de Freitas, 2º-Sgt. Altamiro Alves dos Santos, Cb. Leonardo Carlos Garcia, Cb. Walter Damasceno de Faria, Cb. Geraldo Pereira da Silva, Cb. Adriano de Oliveira Miranda, Cb. Alberto Thiago Goulart de Assis, 2º-Sgt. Miranda de Souza Santos, Cb. Tell Rodrigues de Almeida, 1º-Sgt. Fernando de Souza Oliveira. Parabéns, policiais militares da 5ª Companhia Independente de Governador Valadares, que elucidaram esse homicídio imediatamente após a sua ocorrência.

O próximo assunto, Sr. Presidente, deputadas e deputados, refere-se ao momento especial e diferenciado por que o mundo está passando e o Brasil também passa: a pandemia do coronavírus Covid-19, que já se espalhou por mais de 150 países. Lembro que a sua origem se deu em solo chinês, e, aliás, na maioria dos casos, sempre é na China que tem origem algum vírus que vai provocar ou uma epidemia ou uma pandemia no mundo. Aí isso afeta os sistemas de saúde mundiais, afeta a economia e, diga-se de passagem, o primeiro país a se recuperar, logo após a disseminação do vírus, é quem? A China, onde ele teve origem.

Muito bem. Levantamentos atualizados indicam hoje que há 184.976 casos confirmados de Covid-19 no mundo, com 7.529 mortes e 159 áreas infectadas. No Brasil, os números atualizados até agora indicam 234 casos confirmados, uma morte confirmada hoje, salvo engano, no Estado de São Paulo – um homem de 62 anos que tinha diabetes, hipertensão e hiperplasia prostática veio a falecer. Nesse aspecto, a gente chama a atenção para os idosos, que constituem o grupo mais frágil em relação ao Covid-19, principalmente idosos que têm algum problema de saúde grave, algum problema imunológico que não possibilita que seu organismo se defenda quando há a contração do vírus, quando ele é contaminado, infectado. Então, temos uma morte no Brasil. As autoridades sanitárias acionaram o protocolo e estão adotando as providências que são necessárias para atuar no caso em questão – trata-se de uma pandemia, já estabelecida pela Organização Mundial da Saúde. E o Brasil, dentro do que lhe é possível e peculiar, está atuando.

Todos nós estamos envolvidos nesse processo de minimizar a transmissibilidade, o contágio, dentro daquilo que chamamos de achatamento do pico. O que isso significa? Sabe-se – e as projeções indicam – que, sim, o número de casos de brasileiros infectados irá aumentar, o número de casos daqueles mais frágeis que vão precisar de internação hospitalar também vai aumentar. O que se busca, neste momento, é achatar o pico, ou seja, fazer com que esses casos aconteçam num período de tempo maior. Isso implica a possibilidade de a capacidade instalada de leitos hospitalares de UTI no Brasil hoje ser suficiente para atender os doentes. Nós acreditamos que não.

Então, eu vejo muito esforço - e muita conversa pela imprensa - do Ministério da Saúde e de todos os secretários de Saúde de todos os estados e dos secretários municipais. Eles estão falando sobre a prevenção, medidas que estão sendo adotadas, restrições do direito de ir e vir, de reunião, mas vejo pouca conversa sobre a alocação de recursos para aumentar a capacidade dos hospitais para receber, numa eventualidade, doentes que serão infectados e que precisarão de internação hospitalar. Por que a Itália hoje está pagando um preço muito alto? Porque lá eles não conseguiram achatar o pico, e houve um grande número de casos de infectados que precisariam de internação hospitalar para o tratamento, mas não tinham tratamento. Por isso há um grande número de mortes na Itália.

Então, as nossas autoridades sanitárias e autoridades de saúde deveriam ter uma atenção especial para o aumento de leitos a fim de possibilitar a internação. Vejo um pouco de histeria - e esse é o termo certo, não há outro -, porque pouquíssimos homens públicos têm coragem de vir e falar a verdade com as palavras adequadas para aquele momento. Todo mundo busca eufemismos para contornar uma situação complexa em que não tem coragem de assumir o que pensa. Então eu fico observando, acompanho os noticiários, como todos os brasileiros - creio - acompanham, e acompanho também o noticiário alternativo, principalmente por redes sociais, porque, como eu disse, a imprensa brasileira está sem muita credibilidade desde há algum tempo, porque ela é parcial, ela é ativista, ela é militante, aprendeu uma coisa e não sabe como sair disso. É simples: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Use a verdade.

Então eu ouço todas as restrições que estão sendo impostas e não as critico. Acho que sim, elas devem acontecer, deve-se restringir o acesso à Assembleia, restringir reuniões, minimizar a realização de alguns eventos, eventos religiosos, cultos e tudo. Tudo bem, faz parte das ações para o que chamamos de achatamento do pico da doença. Só que aí eu me pergunto, já fui entrevistado por vários órgãos de imprensa e faço a mesma pergunta: falem-me qual é o potencial de transmissibilidade de um evento realizado pela igreja evangélica de qualquer lugar, com 30, 40 membros, uma vez por semana, comparado ao potencial de transmissibilidade dos milhões que diariamente utilizam metrô, ônibus e transporte coletivo para irem ao trabalho ou para qualquer outra atividade? (- Palavra expungida.) É muita hipocrisia, é muita hipocrisia. Então, sim, há a possibilidade de eu ser contaminado? Sim, como qualquer outro que está aqui neste ambiente. O que eu não concordo é com a análise e o julgamento seletivo das ações. Se o presidente sai da sua residência oficial e cumprimenta os manifestantes que foram lá, que ele não convocou, dizem: "Uau, a ação do presidente vai disseminar o vírus pelo Brasil inteiro". É essa hipocrisia que nós estamos tentando combater neste país.

Recentemente, já há quatro meses, nós estamos trabalhando e planejando um evento para 20, 21 e 22 de março, um evento conservador, vinculado à direita de Minas Gerais, àqueles que pensam diferente da esquerda. E, como não poderia deixar de ser, já comecei a ser alvo dos ataques da imprensa. Começam já me chamando de extrema-direita. Não que eu me importe com isso, mas não é precisamente a descrição correta. E, quando digo que a imprensa está toda infectada pelo vírus da esquerda, é porque está. Quando tacham de extrema-direita alguém que pensa diferente da esquerda, é porque acreditam que, colocando-o lá no extremismo, poderão evitar que a direita, que os conservadores tenham uma voz pujante e resistente no País. Não vai acontecer, gente. Desistam! Nós chegamos aqui, já estamos e vamos ficar. Então aprendam a viver conosco.

E aí eu faço a mesma pergunta. O evento está mantido; claro que adotaremos todas as orientações das autoridades sanitárias, de saúde, com as precauções. Se pudéssemos cancelá-lo ou adiá-lo, faríamos isso, mas não há essa possibilidade. E aí querem colocar em cima de nós, que estamos organizando esse evento, principalmente de mim, porque tenho mandato; eles não querem saber dos outros, querem saber de mim, porque tenho mandato, sou bolsonarista; querem me colocar em confronto com o resto do País, dizer que estou ajudando a disseminar o vírus. Ah, pelo amor de Deus! Vocês tinham que tomar vergonha na cara e aprender a fazer um jornalismo de verdade.

Estou encerrando, Sr. Presidente. Então eu deixo e continuo com a mesma pergunta: comparado às milhões de pessoas transportadas diariamente no Brasil - não vou citar só região metropolitana, não -, que usam metrô, ônibus coletivo e outros

transportes... Querer atribuir a quem realiza pequenas reuniões a responsabilidade por isso é muito cafajestada. Isso é cafajestada mesmo.

Então, Sr. Presidente, para encerrar, sim, devemos entrar no esforço que todo o Brasil está fazendo. Mas aí tem que haver um pouco de decência, para não usar isso para os nossos interesses políticos, como está acontecendo. Estão usando de tudo para que o atual governo conservador do Brasil seja responsabilizado pela crise do Covid-19, como sempre acontece.

Então é isso. Encerro e agradeço a V. Exa. Tenham todos um bom dia. Uma boa tarde.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, eu gostaria, Sr. Presidente, também de ocupar esta tribuna para trazer aqui a insatisfação, a indignação dos servidores da segurança pública de Minas Gerais para com a atitude irresponsável do governador Romeu Zema, que não tem palavra. Zema não tem palavra. E aqui eu quero trazer ao conhecimento de todos os colegas deputados e deputadas desta Casa, ao público que nos acompanha, a ata assinada por nada mais, nada menos do que 30 pessoas. Vou repetir, são 30 testemunhas. Que testemunhas são essas? O secretário de Governo, Bilac Pinto; o secretário de Planejamento e Gestão, Otto Levy; os chefes de polícia – o comandante-geral da Polícia Militar, o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, o secretário de Justiça e Segurança Pública, o chefe da Polícia Civil, o chefe do Gabinete Militar, o chefe do Estado-Maior da Polícia Militar; deputados federais e estaduais. Trinta pessoas assinaram essa ata no dia 22 de novembro.

E eu faço aqui o histórico, depois de um ano negociando com o governador Romeu Zema, um ano em que as forças de segurança pública estavam negociando, através dos deputados federais, estaduais, dos sindicatos e das associações. E eu quero aqui, mais uma vez, sendo a voz desses servidores, ocupar esta tribuna para dizer que o governador Romeu Zema faltou com a palavra. Imaginem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, se o governador, a partir da quebra deste ato, tem mais confiabilidade dentro do Parlamento! Porque, se há um documento assinado por seis secretários de Estado, e ele descumpriu o acordo, qual é a credibilidade que ele tem agora para com a Assembleia, para com os 77 deputados?

Bom, eu quero aqui deixar o seguinte: finalizamos o acordo depois de um ano, assinamos a ata. Há poucas horas da notícia da ata, o secretário Bilac Pinto e o secretário de Planejamento e Gestão, Otto Levy, pediram licença da reunião, pegaram o helicóptero da Cidade Administrativa, foram até o governador, ausentaram-se da reunião por cerca de 2, 3 horas, para estar com o governador, apresentaram os termos do acordo que tinha sido tratado até aquele momento, o governador deu *o.k.* e falou: “Podem fechar o acordo”.

Aí, retornam à Mesa de negociação o secretário Bilac Pinto e o secretário Otto Levy e falam: “Está fechado o acordo. Pode redigir a ata, e vamos assinar”. Assinaram essa ata 30 pessoas; 30 pessoas. Imagine, o chefe de polícia tem *status* de secretário de Estado. Portanto, você tinha 6 secretários assinando a ata; 4 deputados federais; 5 deputados estaduais; 15 presidentes de associações e sindicatos dos policiais civis, dos policiais penais, dos bombeiros militares, dos policiais militares, dos agentes socioeducativos, dos servidores administrativos do sistema socioeducativo e da polícia penal, e todos nós assinamos a ata.

Um dos itens da ata é o compromisso de enviar o projeto de lei com os termos da ata. O compromisso estava previsto na ata, dia 3 de fevereiro, e eles encaminharam dia 6 de fevereiro. No dia 19 de fevereiro, o projeto foi aprovado por 66 votos. Vou repetir: 66 votos favoráveis. No dia 20, o presidente da Assembleia encaminhou o projeto de lei para o governador sancionar. Foram pedir acordo, acordo com as lideranças da Casa, porque não se aprova matéria sem o secretário de Governo fazer interlocução política. Aprovamos o projeto e ficamos aguardando a sanção do governador.

Pasmem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; pasmem, vocês que estão nos acompanhando pela TV Assembleia e você que é policial civil, militar, bombeiro, agente socioeducativo e policial penal. Estou aqui, agora, com as razões do veto. No dia 11 de

fevereiro, 20 dias depois de encaminhado o projeto de lei – mês de fevereiro com 29 dias -, exatos 20 dias depois, ele traz as razões do veto.

Faço a leitura aqui para que as senhoras deputadas e os senhores deputados e o público que está nos acompanhando pela TV Assembleia possam acompanhar, para verificar se há fundamento nas razões do veto. (- Lê:) “Motivos do veto: Segundo estudos realizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão, o impacto orçamentário-financeiro decorrente da implementação desses dispositivos teve como base os parâmetros macroeconômicos projetados pela União com uma expectativa de crescimento de 2,32%, em 2020. De acordo com o relatório Focus, divulgado nesta segunda-feira, 9 de março, pelo Banco Central, essa projeção passou para 1,99%, razão pela qual a retomada mais lenta da economia deve comprometer as receitas e levar o Poder Executivo a bloquear despesas no orçamento. Verifica-se, dessa forma, que os parâmetros macroeconômicos projetados estavam mais otimistas quando comparados com o estágio atual. Além disso, a nova previsão foi anunciada em momento de incerteza sobre o desempenho da atividade econômica diante do avanço da epidemia do coronavírus e também pela forte queda nos preços do petróleo. Diante da incerteza macroeconômica que se desvela no cenário internacional e nacional, cujas consequências são imprevisíveis, mas de tendência negativa, sinto-me, lamentavelmente, forçado a opor veto a esses dispositivos que apontam encargos futuros de realização incerta”.

Ora, se ele baseou o veto, se ele opôs veto, se ele vetou os dois artigos com base na projeção da economia mineira, brasileira... Ontem, estava assistindo à entrevista do ministro Paulo Guedes, em que, com muita clareza, com muita sabedoria, com muita *expertise* - ele é PhD em economia, deputado Bruno Engler, não somos nós -, trouxe a seguinte notícia: (- Lê:) “A crise financeira não é momento para se preocupar. Nós estamos tomando todas as providências. Então, daqui a quatro, cinco meses, no mais tardar, seis meses, o País volta a crescer, e a crise financeira está debelada”. Mas aí, coloco para as senhoras deputadas e os senhores deputados: o que o governador vetou? Vetou o art. 2º, que tinha uma previsão de 12% em setembro de 2021. Mas setembro de 2021, professor, é daqui um ano e seis meses. Isso se refere ao art. 2º. E o art. 3º se refere aos outros 12%, em que finalizaria depois de oito anos a recomposição da perda inflacionária. Esses últimos 12% do art. 3º é para setembro de 2022.

Então, vamos analisar novamente: a macroeconomia não é ditada pelos estados-membros. A macroeconomia é ditada pelo governo federal e também num contexto internacional. O ministro da Fazenda disse, ontem, que, na pior das hipóteses, em cinco ou seis meses, está debelada a crise e o País volta a crescer. Mas e os artigos que foram vetados? Como fazer para aprovar novamente, num governo que não tem palavra, num governo que não tem compromisso, num governo que rasgou um compromisso feito em ata? O governador Zema descumpriu a palavra. O art. 2º vetado só entraria em vigor daqui um ano e meio, em setembro de 2021. Isso é simplesmente debochar dos servidores da segurança pública. As razões do veto falam de projeção de economia?

Uai, governador Romeu Zema, cadê a história da liminar do ministro Luiz Fux? A história da liminar do Luiz Fux foi só uma cortina de fumaça. Sabem por que, Srs. Deputados e Sras. Deputadas? Não está nas razões do veto. Isso é medíocre. São três parágrafos a fundamentação. Na verdade, ele vetou porque ouviu a meia dúzia de coleguinhas do seu partido. Ele vetou porque ouviu a meia dúzia de jovens rapazes do partido Novo, porque foram eles que determinaram. E rompeu com a base de governo, rompeu com os líderes desta Casa, rompeu com o presidente da Assembleia. Tamanha foi a insatisfação do gesto do governador que o vice-governador se desfilou do partido e emitiu uma nota dizendo que não concordava com o veto, que aquilo não poderia acontecer. Está em nota do Sr. Paulo Brant.

Em seguida, o deputado Bilac Pinto, secretário de Governo, entrega o cargo. Hoje, aquele que era líder de Governo, o nosso colega deputado Luiz Humberto, também entregou o cargo. E a base esfacelou na Assembleia. Por quê? Porque um gesto, a palavra do governador, Srs. Deputados, deputado Doutor Jean, deputada Rosângela Reis, nossos colegas aqui no Plenário, deputado André Quintão, líder da oposição, tem que valer. Isso é muito sério. Ele não pode voltar atrás ao bel-prazer.

Imaginem os senhores... É bom, Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, que nós confiemos na coerência dos senhores e das senhoras para a derrubada do veto. É bom que os senhores saibam que o art. 2º só entraria em vigor, deputado Cleitinho, daqui a um ano e meio. E o artigo 3º daqui a dois anos e meio, somente em setembro de 2022, no final do mandato. Não havia motivo racional, lógico para opor o veto. O governador utilizou área... Se a liminar do Luiz Fux cair lá em Brasília, o Estado terá as contas bloqueadas. Todos os recursos que entrarem serão tomados pelo governo federal. Criaram uma cortina de fumaça. Onde estão aqui as razões do veto, falando de liminar, cortina de fumaça?

Eu tenho informações oriundas do primeiro escalão do governo, de gente que esteve com ele. E ele nem tocou no assunto da liminar. Olhem aqui, isso aqui são razões para vetar um projeto da sua própria autoria, que ele pediu aos deputados e às deputadas para aprovar? Isso é uma vergonha! Governador Romeu Zema, você não tem palavra, mas nós confiamos nas palavras dos deputados e na coerência de derrubar o veto do governador. Então, eu estou aqui primeiramente trazendo a indignação dos servidores da segurança pública, repudiando o gesto irresponsável e a mentira deslavada do governador Romeu Zema.

E, por fim, venho aqui fazer um apelo aos deputados - deputado André Quintão, deputado Sávio Souza Cruz, deputado Luiz Humberto, deputado Gustavo Valadares, deputado Cássio Soares, deputado Ulysses Gomes – para que a gente derrube o veto, para que a gente aja com coerência. Se nós votamos aprovando, porque o próprio governador pediu, nós temos agora, deputado Doutor Jean, que derrubar o veto porque rasgar uma ata assinada por 30 pessoas não é papel de governador, não é um gesto que inspire confiança. O governador perdeu a credibilidade política perante a Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Então, deputado Coronel Sandro, eu, V. Exa., deputado Bruno Engler, deputado Delegado Heli Grilo estaremos aqui firmes ocupando esta tribuna, resistindo, fazendo manifestações, pedindo ao sindicato e às associações que possam solicitar a cada deputado a derrubada do veto. É vergonhoso o que o governador Romeu Zema fez com os servidores da segurança pública e com os deputados e deputadas desta Casa. Vergonhoso. O que ele fez não se faz. Zema não tem palavra, mas nós confiamos na palavra e na coerência dos deputados e deputadas desta Casa.

Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão\* – Presidente, deputadas e deputados, em relação ao assunto mencionado, o Bloco Democracia e Luta já se posicionou preliminarmente na semana passada. No momento adequado, durante a tramitação, aprofundaremos esse debate. Obviamente que subo a esta tribuna para tratar desta comoção, desta pandemia, deste momento dramático que atinge a humanidade, não só brasileiros e brasileiras. E queria aqui fazer de maneira sóbria, reflexiva, essa manifestação, até em função da gravidade, que, infelizmente, a maior autoridade do nosso país, o presidente da República, não confere a tão grave desafio.

Nós sabemos de todos os impactos na saúde pública, na vida das pessoas com riscos de letalidade, principalmente entre pessoas idosas e pessoas com doenças crônicas, mas não só entre elas. Nós sabemos dos impactos econômicos, e eu queria aqui exatamente abordar esse aspecto, porque o Brasil tem características próprias, do ponto de vista populacional e do ponto de vista de adensamento das grandes metrópoles; tem características da sua economia com alto nível de informalidade. E tudo isso pode agravar as consequências e os desdobramentos dessa pandemia aqui, no Brasil. Nós sabemos que temos um volume enorme, milhões de brasileiros e brasileiras que moram em condições insalubres, em locais de muito aglomerado e de muito adensamento. Nós sabemos que nem sempre o atendimento, prevenção é possível. Nós sabemos que boa parcela dessa população mais pobre é exatamente aquela que usa massivamente o transporte público, o ônibus, o metrô. Os riscos de propagação e de afetação dessa população é imenso. Então, é diferente. A consequência, no Brasil, é diferente em muitos aspectos das consequências que ocorrem em outros países. Daí a dramaticidade e a preocupação aumentam.

Por isso a nossa indignação com o comportamento do presidente da República que desconhece inicialmente a pandemia, fala que isso é culpa da imprensa, que é exagero da imprensa. Depois chega a pedir que não ocorra uma manifestação, por causa dos

riscos dessa pandemia e que, no dia subsequente onde é admitido que ele está em situação ou num público de risco, ele próprio, desautorizando as orientações do Ministério da Saúde, vai ao encontro da aglomeração de pessoas, dando um sinal absolutamente contrário a toda ação preventiva que deva ser ou que deve ser tomada, além dos ataques ao Congresso, à Câmara dos Deputados e ao Senado, como ele já havia dito. Isso é absolutamente inadmissível. Exatamente no momento em que o Brasil pede uma coordenação federativa de esforços. E me parece, inclusive, segundo o que está sendo veiculado em redes sociais, que o presidente puxou a orelha do seu ministro pela parceria que realiza com o Estado de São Paulo, com o eventual adversário político na próxima eleição, quebrando o princípio federativo e republicano.

Então, sinceramente, no momento em que o mundo inteiro, que as principais lideranças mundiais se esmeram, esforçam-se e buscam uma coordenação interna e externa de esforços para enfrentar essa pandemia inédita, exatamente a autoridade maior do Brasil deixa uma nau à deriva. Esse é o sinal hoje que o presidente da República expressa para todo o País. Qual segurança o cidadão, principalmente aquele mais pobre, terá diante do SUS, diante da economia, diante da prevenção, diante da legislação, diante da ciência, da tecnologia quando o presidente e os seus seguidores... Aqui mesmo me antecedeu um deputado que reiterou as palavras do presidente dizendo que é histeria, que é culpa da imprensa, que há exagero, que não há problema em grandes aglomerações.

Então, o presidente vai formando ou deformando opiniões de pessoas que deviam ter a responsabilidade de, honrando os mandatos, bem orientar a população. O presidente, em vários momentos, não assumiu essa estatura de líder maior do Brasil. Isso é muito grave. E é grave – repito – que, além da questão sanitária, da saúde pública, da vida das pessoas, que é o princípio maior, nós temos o impacto econômico, porque, quando a gente desmembra e estuda internamente os impactos do coronavírus na recessão mundial ou na recessão que está por vir em nosso país, nós temos impactos distribuídos, mas majoritariamente prejudiciais aos mais fracos. São aqueles que não têm uma relação estável de remuneração, aqueles que prestam serviços domésticos, os autônomos, os terceirizados, os não estáveis, os pequenos e médios comerciantes e empresários, porque a mão amiga do governo para as grandes empresas, para o crédito vem, vem com mais facilidade, agora, para aquele mais pobre, para aquele que não consegue nem acessar um crédito no banco, para aquele que não tem uma carteira de trabalho assinada, para aquele que está na fila do Bolsa Família – são 1.300.000... Foi preciso o coronavírus para o governo reconhecer isso e para ontem o ministro, pelo menos na retórica, dizer que haverá R\$3.100.000.000,00 para tirar essas pessoas da fila. É um programa universal, não deveria haver fila. O Bolsa Família é lei.

Então, esses impactos preocupam muito, e isso está muito próximo de nós porque as medidas de restrição e contenção – em vários países, isso já ocorre – para aquelas pessoas que têm estabilidade no emprego são mais fáceis: elas retornam para sua casa, têm – lógico – que construir alternativas com filhos, com filhas, com o cotidiano familiar, mas terão preservado, ao final do mês, o seu salário. Agora, e o trabalhador doméstico? E o Uber? E o autônomo? E aquele que não tem essa cobertura? A medida de contenção significa renda zero, então é muito importante que o governo se preocupe com essas pessoas, com esses segmentos.

Aí, o Partido dos Trabalhadores levanta algumas questões importantes para não ficarmos só nas generalidades, por exemplo, descongelar imediatamente os recursos para a saúde represados pela Emenda Constitucional nº 95, o que representaria um aporte de cerca de R\$21.000.000.000,00 ao SUS - é importante flexibilização de metas fiscais neste momento, inclusive do teto de gastos. Outros países, inclusive a Alemanha, estão fazendo isso; fortalecer o trabalho das equipes de saúde na família e suspender imediatamente a Portaria nº 2.979/2019 de forma a manter normalmente o repasse de recursos do SUS aos municípios; garantir a oferta de *kits* reagentes para a realização de exames - isso é importante porque nós estamos correndo o risco de subnotificação e de não ter uma leitura global do quadro em função da morosidade ou da insuficiência dos exames; fortalecer o trabalho das instituições de pesquisa e laboratórios públicos; garantir a oferta de leitos de UTI de forma a proteger a população de possíveis danos à saúde causados pelo Covid-19; adotar um protocolo único de proteção à população, englobando aspectos como quarentena, deslocamentos, aglomerações, funcionamento de escolas, comércio, etc., ressalvadas as particularidades e especificidades - às vezes até locais e regionais. É importante um protocolo porque há uma alternância muito grande de padrões de comportamentos preventivos; trabalhar

pela cooperação com outros países em busca de informações técnicas, recursos e possibilidades de assistência para enfrentar a pandemia no País; determinar a estabilidade no emprego e a manutenção dos salários no setor público e privado, além da preocupação, em especial, com os terceirizados, além de um conjunto, de uma série de outras medidas necessárias porque nós não sabemos a dimensão, a extensão, o tempo de duração, o prolongamento, o impacto em nosso país dessa pandemia, que não pode ser analisada, olhada, entendida apenas do ponto de vista de impacto estatístico na economia sem aprofundarmos nos desdobramentos específicos para cada segmento social. E essa ação coordenada de governos deve levar em conta exatamente isso, mas infelizmente é o que o Brasil está se ressentindo de fazer neste momento.

Não poderia aqui terminar este pronunciamento sem dizer que tenho certeza de que a Mesa da Assembleia, o presidente, estão atentos aos desdobramentos. Todo dia há um fato novo. Já tivemos medidas importantes na semana passada de restrição de presença, circulação e aglomeração no recinto legislativo, até em respeito também à saúde dos servidores e das servidoras. Tivemos uma nova deliberação tratando também daquelas pessoas que estão em situação de maior risco, com liberdade para que a gente também adote escalas de funcionamento mínimo.

Queria só fazer aqui um apontamento: o principal é a prevenção, princípio da precaução, a proteção da saúde dos deputados e deputadas, dos trabalhadores e trabalhadoras da Assembleia e dos terceirizados – não há nenhuma dúvida. Mas há também que se ter o entendimento de que, em um momento político e de saúde pública grave como este, é inadmissível que o Parlamento, enquanto entidade política - leia-se decisória e de fiscalização - tenha sua atividade interrompida, até porque, infelizmente, muita gente saiu às ruas nesse domingo, não só para espalhar o coronavírus, mas também para atacar a democracia e defender inclusive a assombrada ditadura em nosso país. E o Parlamento tem que ser foco de resistência, o Parlamento tem que ser um espaço fiscalizador, mas obviamente preservando a saúde de todos os seus trabalhadores e trabalhadoras.

Mas nós, deputados e deputadas, respeitamos os princípios de saúde pública, inclusive para não prejudicarmos outras pessoas, temos que ter responsabilidade, mas o funcionamento político, da forma que for melhor e melhor convier aos servidores e servidoras, deputados e deputadas, tem que ser garantido, porque, infelizmente, no Brasil, hoje, há muitos que torcem por Parlamentos fechados. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes\* – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, toda a Assembleia Legislativa, aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia em redes sociais, meus cumprimentos. Sra. Presidente, queria, na sequência do querido amigo André Quintão, compartilhar um pouco da nossa preocupação também com o momento conjuntural em que vivemos, sobretudo com relação ao coronavírus, Covid-19, no que diz respeito, primeiramente, à questão do Estado.

Ontem tivemos uma expectativa. Esperávamos muito a palavra do governador, a posição de governo no tocante a esta pandemia que atinge todo o mundo e obviamente se amplia cada dia mais, infelizmente, no nosso Estado de Minas Gerais. Infelizmente, ao que assistimos ontem, além da ausência do governador por uma possível avaliação que ele fará para verificar se está infectado ou não pelo vírus, foi a uma total falta de clareza do governo, um secretário de Saúde sem posicionamento, sem efetividade, sem dados, o que nos preocupou ainda mais. Minas Gerais pode e deve estar atenta a essa questão e tem, na pessoa do governador e sobretudo na posição do governo do Estado, uma expectativa muito grande de direcionar ações de combate que minimizem aquilo que vai afetar a nossa sociedade, os mineiros, as mineiras. Ontem, ao ouvir primeiro um vereador falar em nome do governo... Com todo respeito, ele ainda não assumiu a pasta, não renunciou ao seu cargo, e o governo opta por colocá-lo para falar em seu nome.

O governo vem administrando uma crise política ao longo dos meses, sobretudo culminando, na última semana, com o governador descumprindo a sua palavra, descumprindo o seu acordo com o projeto de lei que aqui apresentou de reajuste para os servidores. Consequentemente, a sua base toda defendeu isso, usou a sua defesa. O próprio governador que apresentou um projeto, que apresentou justificativa a esse projeto... Até então muitos questionavam a capacidade do Estado de suportar o reajuste que o

governador apresentou, e ele mesmo apresentou justificativa e teve questionamentos vindos da sua própria base. Depois de defendê-lo, sem nenhum diálogo, o governador mudou de opinião, colocando em xeque tudo aquilo que nesta Casa havia sido debatido. E a consequência disso foi uma base toda desarticulada, foi perda de secretário de Governo e toda uma mudança na sua estrutura de governo.

Ontem, depois de todo esse, digamos assim, transtorno político, nós esperávamos, diante da crise, do caos da saúde pública que a gente possa vir a ter, uma entrevista coletiva em que o Estado de Minas Gerais desse linhas, desse norte à população, para que ficasse ciente. A nossa preocupação foi tão grande, não só com a notícia da ausência do governador por uma possibilidade de ter o vírus, mas porque todos ali presentes estavam com ele anteriormente e continuaram na entrevista coletiva. Isso tudo, alinhado ao que o nobre colega deputado André Quintão aqui disse sobre o desgoverno que a gente vive no governo federal, com a irresponsabilidade do presidente da República de não levar a sério tudo isso que está acontecendo no País e ainda orientar a nossa população, como ele mesmo diz, desorientar a nossa população, que vem ao longo do tempo recebendo notícias, vendo o que está acontecendo no mundo inteiro. São países e mais países fechando fronteiras. Na Itália hoje, onde o caso é mais grave, 25% dos infectados estão falecendo. Ou seja, nós temos hoje até que agradecer a Deus. Pena que é por penalidades como essas que a gente está vendo crises em outros países. Mas que o nosso país possa aprender com os erros dos outros países que não acreditaram a tempo, que desdenharam, como o presidente da República está desdenhando desta situação, achando que é histeria, que é grito da oposição, não levando a sério, correndo o risco de levar a nossa população a um caos ainda maior.

Então, o que nós estamos vendo acontecer em nível federal muito me preocupou ontem a nível estadual. Não que haja o mesmo descaso, mas não há a preparação e a seriedade devidas por parte do nosso estado e do nosso governo nesta situação.

Fica aqui registrada a minha preocupação. Há aqui alguns deputados da base de governo, sobretudo o deputado Bartô, do Novo. É uma preocupação muito grande, deputado, que o governo do Estado tenha mais clareza, mais seriedade e apresente de fato não só uma proposta de governo... Porque a gente tem percebido a falta dessa proposta para realmente governar o Estado de Minas Gerais.

Neste momento, não tem que haver partido político, não tem que haver disputa de lado de A ou B, de direita ou de esquerda. Nós estamos e temos que estar a serviço da defesa da vida, deputado Cleitinho Azevedo. Quanto mais o presidente da República achar que isso é disputa, quanto mais o governo do Estado não seguir uma orientação do governo porque acha que é uma disputa, quanto mais o presidente da República puxar a orelha do seu ministro porque ele ajudou algum governador, mais nós não estaremos olhando para a vida das pessoas, principalmente daquelas que mais precisam do poder público. Aí nos chama a atenção: qual o papel do Estado na economia? Talvez seja esse o grande debate em que, com a graça de Deus, superando este momento desafiador para todos... Vamos perder muitas vidas, se assim puder dizer... Mas queria poder negar isto: “Estava errado em acreditar que isso aconteceria”. Se a gente puder dizer isso no futuro... Mas tudo nos leva a crer - todos os dados, todas as informações, todas as comparações nos gráficos que veem acontecendo em cada país em que o vírus chegou, permaneceu, cresceu, ou que está passando... Todos os gráficos nos assustam. Por que, então, apostar que no Brasil vai ser diferente? Por quê? Não tem porquê, pelo contrário, é pegar todos os exemplos e apostar, com todas as fichas, nas condições que a gente tem de dar as mãos e olhar para cada cidadão e cidadã, sobretudo para aqueles que mais precisam.

Se for pensar só na lógica econômica, o Brasil não vai atender aqueles cidadãos e cidadãs que estão lá nos rincões, nas cidades pequenas. Vamos falar do nosso estado, do nosso Estado de Minas Gerais, que não tem atendimento de saúde a contento. Que dirá nos médios, grandes centros e na Região Metropolitana, nos grandes municípios do nosso estado, que não terão condições de atender caso a curva chegue aos patamares em que está nos outros países.

Se não houver, de fato, uma ação do Poder Público, uma orientação clara, direta, efetiva para colocar a nossa população consciente, ciente de tudo que está acontecendo, nós corremos sérios riscos de um caos enorme no nosso país. E aí, sim, nós precisamos pensar.

Estamos vendo, nas redes sociais, propagandas, incentivos. Vamos incentivar a economia do pequeno produtor, do pequeno comerciante nas nossas cidades. As grandes redes vão superar isso. As propostas que o ministro da Economia apresentou são muito aquém daquilo que o País precisa para superar esta crise. Nós precisamos de incentivo fiscal. Enquanto nós estamos enfrentando este debate sobre se o presidente acredita ou não acredita, se vai investir, se vai enfrentar, se vai fazer alguma política de enfrentamento de verdade a isso, nós corremos o risco de muita gente passar fome, porque a orientação principal é a prevenção, é se precaver; e a principal delas, não só da limpeza e tudo mais, é de evitar o contato com as pessoas, o que impõe a cada um de nós, a cada um de nós, sem exceção, o isolamento, o ir para casa aqueles que têm condição, que o emprego permitirá, que têm a sua renda fixa. Mas e aquele trabalhador que faz parte dos mais de quarenta milhões de trabalhadores informais que nós temos no País? Como sobreviverá não só no aspecto da saúde, porque ele pode vir a ser detectado e não terá o seu atendimento, porque o sistema não vai dar conta, mas no aspecto econômico também, Doutor Jean Freire? Como o Estado vai intervir ou vai poder ajudar? Nós já tínhamos que fazer esse debate. Nós já tínhamos que ter um horizonte, seja do governo federal ou do governo do Estado, e a Assembleia está aqui para isso, para os deputados que têm condição, que estão aqui por uma comissão, ou o próprio presidente da Assembleia, que, desde o início se mostrou firme e coerente, colocando a Assembleia num processo de diálogo permanente com o Executivo, para buscar alternativas. Agora, nenhuma delas... Esperar para ver o que vai acontecer é muito arriscado, é muito perigoso.

Então a minha fala aqui é muito neste sentido, num sentido claro de que a gente tem que ter muito mais responsabilidade do que o governo federal vem tendo, que o presidente da República vem sinalizando - muito mais! Que cada um e cada uma de nós, aqui, deputados e deputadas, assessoria, a Assembleia como uma instituição, aquelas e aqueles cidadãos mineiros que têm consciência, independente de lado político, tenha responsabilidade neste momento, o que infelizmente nós não estamos tendo daquele que deveria governar o País.

Quando ele fala, por exemplo, “se eu me contaminei, ninguém tem nada a ver com isso”, ele está tendo uma postura que chega a ser desumana para quem se declara cristão. O mínimo de empatia que uma pessoa possa vir a ter não permitiria a ela falar algo como isso, porque ela deixa de pensar no outro, no outro que pode ser infectado a partir do seu gesto, da sua ação. Que ação é essa? De total irresponsabilidade, que fere não só as orientações da Organização Nacional de Saúde como do próprio Ministério da Saúde. Além de ferir diretamente nesse aspecto, de orientação, alguém que tem que dar o exemplo. Olhem o exemplo que nós estamos tendo.

Então, é lamentável - eu não poderia deixar de registrar a nossa preocupação nesse sentido. Aqueles e aquelas que defendem, por um lado político ou outro, eu respeito, mas não podemos deixar de registrar a irresponsabilidade e a inconsequência desses atos.

Hoje eu ouvi, na Rádio Itatiaia, algumas entrevistas que um jornalista fez – acho que na saída de um banco. Ele perguntou a algumas pessoas, a um idoso se ele não via problema ali: “O senhor não está preocupado, não está seguindo as orientações de não vir a aglomerações?”. Duas coisas chamaram a atenção, e uma, com todo o respeito, é a questão da religiosidade. Um senhor falou: “Eu sou evangélico, eu não tenho esse problema porque eu estou com Deus”. Se ele acredita dessa forma, eu respeito. Aí continuou falando: “Não, porque o presidente disse que isso não é problema”. Então, você percebe que esse exemplo e essas falas do presidente têm, sim, eco. Se eu não acredito e o outro não acredita é uma coisa, mas há muita gente que acredita.

Então, cabe a nós desmentir, desmistificar essa fala e, sobretudo, desmoralizar isso, porque isso desmoraliza a imagem do País. E mais do que isso neste momento: nós estamos colocando em risco a vida de pessoas inocentes, porque, ao seguir essas

orientações, põe-se em risco a vida delas e de outros, de seus familiares. E o estado como um todo – o Estado brasileiro – não está tomando as devidas providências.

Por fim, presidente, as lições que esse coronavírus nos deixa. Sobretudo não deixa de ser numa questão mesmo de tanta disputa ideológica que a gente vive aqui, hoje. O estado mínimo, de fato, não funciona. Hoje nós estamos vendo a importância do papel do estado nesse trabalho. Imagine se nós estivéssemos nessa linha de privatização em que o estado quer privatizar tudo, tanto em nível federal quanto em nível estadual. Iria privatizar a energia elétrica. O que está acontecendo na Europa é exatamente o contrário: o estado está dando desconto e isentando as empresas do pagamento, por exemplo, da energia elétrica. Imagine se ela fosse privatizada no País, o que é intenção do governo? Qual o controle que o estado teria sobre a energia, por exemplo, para fazer alguma gestão econômica ou de incentivo neste momento?

Então, nós vamos, sem dúvida nenhuma, superar isso, e espero que da melhor forma possível, com os menores impactos. Mas vamos superar. Mas que nós vamos ter que fazer um debate do papel do estado, de uma nova economia... Aliás, o papa Francisco antecipou isso ao propor um debate, em nível mundial, sobre a nova economia do mundo, chamada Economia de Francisco, e que o Brasil e o povo brasileiro ousa dizer “Economia de Francisco e Clara”, trazendo para o debate exatamente a experiência de São Francisco de Assis e de Santa Clara de Assis. Para um novo modelo que seja mais solidário, justo, que garanta um debate do direito à sobrevivência, à vida das pessoas, e não só do poder econômico. Então, todo este debate eu não tenho dúvidas de que nós vamos, depois, ter que fazer: do papel do estado neste momento em que se coloca em xeque e em dúvida todo esse debate que o coronavírus nos impõe neste momento.

Então, a cada cidadão e cidadã mineira que nos acompanha: a Assembleia Legislativa, de forma muito coerente, liderada pelo presidente Agostinho Patrus, tem se posicionado, tomado as devidas precauções para que, enquanto instituição Assembleia, as medidas não proliferem, para que não se multiplique o vírus. Mas, naquilo que cabe à ação parlamentar, nós dependemos, sobretudo neste momento, que o governo do Estado aja com a expectativa que o povo mineiro tanto espera e necessita, apresentando alternativas para que a gente supere isso com o menor impacto na vida do nosso povo, sobretudo do povo que mais precisa do poder público.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bartô\* – Boa tarde, presidente.

Fui questionado sobre a questão de eu estar utilizando máscara aqui na Assembleia e eu vi que muitos assessores e outras pessoas da Casa se sentiram um pouco incomodados. Eu acho engraçado porque a máscara, na verdade, é um cuidado, é uma medida protetiva. Eu acho que as pessoas deveriam ficar mais assustadas com aqueles que não utilizam máscara.

Um senador falou que pegou o coronavírus – seu teste deu positivo –, e que ele se encontrou com metade do Congresso. Essa metade do Congresso, com certeza, esteve com a outra metade do Congresso. O nosso trabalho, que é político, é basicamente articular, e as articulações são exatamente você entrar em contato com diversas pessoas. Eu facilmente cumprimento cerca de 500 pessoas a cada três dias.

Pessoas de Brasília, deputados federais se encontram com qualquer deputado que seja frequentemente. Então o cuidado que este parlamentar tem ao usar esta máscara é, além de respeito aos próximos, uma forma de conscientizar todos que estão nesta Casa de que estamos num grupo de risco, sim, num grupo em que a gente tem alto risco de estar passando o vírus para outras pessoas. E não só os políticos da Casa, mas todos os que frequentam aqui. Por isso, já coloquei o meu gabinete em *home office*, não há mais ninguém no meu gabinete, e tenho conversado com as lideranças, tenho conversado com o presidente, tenho conversado com o 1º-secretário e com vários outros colegas para que a gente consiga chegar a uma equação comum, em que terminaríamos com todos os trabalhos da Casa no tocante a Plenário, comissões, reuniões, etc., limitaríamos os gabinetes com no máximo 1 ou 2 assessores e deixaríamos um espaço aqui para uma comissão especial para tratar de assuntos apenas ligados ao coronavírus.

Se a gente fosse dono de empresa ou trabalhasse em qualquer outro lugar, seria fácil. Seria fácil entre aspas, porque nunca é uma decisão fácil, mas seria mais fácil tomar a decisão de se isolar e ficar em casa. Mas, como somos deputados, pessoas que precisam liderar a sociedade, pessoas que precisam conferir como está sendo administrado o Estado, principalmente no montante da saúde, já que é isso que mais pega hoje por causa do coronavírus, é importante, sim, continuarmos só nós nos reunindo, com apenas esse intuito de saber como lidar com essa crise por que vamos passar aí pela frente. Obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/3/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Gabriel Feiten Caliari Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta.

Nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, assinou os seguintes atos:

designando Alice Magalhães Fonseca Nogueira para a função gratificada de nível superior – FGS –, do quadro de pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – Gerência de Cerimonial.

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### Pregão Eletrônico nº 9/2020

#### Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 35/2020

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que o pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de módulos de baterias EBM, teve sua sessão pública virtual adiada para as 15 horas do dia 25/3/2020.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.